

28. PROJETO FÉRIAS NAS PAUSAS LETIVAS:

Da **Vereadora Carla Sepúlveda**, submete-se ao Executivo Municipal a proposta “Projeto Férias nas Pausas Letivas”, investindo a mesma grandeza de recursos financeiros face à proposta do PS, proposta que se anexa.

PROPOSTA

ASSUNTO: PROJETO FÉRIAS NAS PAUSAS LETIVAS

CONSIDERANDO QUE:

1. De acordo com o artigo 23º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro), o município dispõe de atribuições nos domínios dos tempos livres, do desporto, da ação social e da cultura;
2. De acordo o artigo 33.º do diploma citado no ponto anterior, são competências da Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, ou outra de interesse para o município;
3. A ocupação saudável dos tempos livres constitui um contributo inequívoco para a formação e desenvolvimento das crianças e dos jovens;

CONSIDERANDO, AINDA, QUE:

4. O Município de Braga, nos últimos anos, tem vindo a organizar programas de férias para crianças e jovens do concelho, através dos pelouros do Desporto, Juventude e Ambiente;
5. Estes programas têm abrangido cerca de 100 crianças por semana, durante o mês de julho;
6. É intenção desta autarquia procurar aumentar a oferta destes programas, nomeadamente alargando o seu período de aplicação;
7. No concelho de Braga existe uma oferta diversificada de programas de férias para crianças e jovens, organizados por instituições sem fins lucrativos, instituições públicas, tais como juntas de freguesias e museus, bem como agentes económicos, que importa considerar, valorizar e promover numa lógica de respostas partilhadas no concelho;
8. As crianças com necessidades especiais exigem determinadas valências e cuidados que obrigam à implementação de uma resposta consertada entre os diversos agentes: autarquias locais, instituições sem fins lucrativos, agentes económicos e segurança social.

CONSIDERANDO, POR FIM, QUE:

1. Não obstante, a maioria deste executivo, reconhecer e valorizar, como instrumento de reflexão, a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista;
2. A mesma se encontra sustentada em pressupostos com os quais não partilhamos a mesma bondade, designadamente:
 - a. O facto dos campos de férias estarem concentrados em escolas, ao contrário do recomendado pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, complementada com o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;
 - b. O número de criança por campo de férias é, na nossa opinião, excessivo, dificultando as questões logísticas, operacionais e prejudicando o desenvolvimento das crianças;
 - c. A diferenciação proposta ao nível dos escalões etários não assegura os diferentes estádios de desenvolvimento cognitivo das crianças;
 - d. A implementação da solução apresentada implica a criação de uma estrutura de apoio pesada, que exigiria necessariamente recurso à contratação externa ou a novos recrutamentos.

ASSIM,

ATENDENDO QUE:

1. Os programas de férias atualmente organizados pelo município compreendem um custo social;
2. No seguimento do número anterior, nas crianças sem qualquer desconto na inscrição, esse custo social suportado pelo município ascende a 20€ por semana, sendo que nas crianças com o 1º escalão do abono ascende a 45€ por semana;
3. É fundamental que a atividade municipal não provoque desregulação do mercado, outrossim seja um complemento à ausência de resposta do mesmo, e desta forma assegure o regular e equilibrado funcionamento entre o setor lucrativo e não lucrativo;
4. É igualmente importante fomentar e apoiar a criação de respostas integradas que satisfaçam também as necessidades das crianças com necessidades especiais no

período de férias;

5. Importa, neste momento, proceder a um levantamento exaustivo das valências existentes por forma a ser possível, em conjunto com os parceiros da rede, criar respostas integradas e adequadas às necessidades das famílias;

EM FACE DO EXPOSTO, PROPÕE-SE QUE:

1. Os pelouros do Desporto e Juventude, Ação Social e Educação, promovam, em conjunto, envolvendo também todos os Vereadores, os estudos necessários que permitam perceber da possibilidade legal, financeira e operacional para desenvolver e implementar um programa de férias para as pausas letivas, a ser aprovado pelo executivo, tendo por base os seguintes pressupostos:
 - a. O estabelecimento de uma rede de parceiros, que inclua, designadamente juntas freguesia e uniões de freguesia, instituições sem fins lucrativos, agentes económicos, com a identificação e caracterização das valências disponibilizadas por cada um deles no âmbito desta temática;
 - b. No seguimento da constituição da rede de parceiros, deverão ser analisadas as respostas existentes, e encetados esforços no sentido de desenvolver, por meios próprios ou por envolvimento de parcerias, respostas às necessidades das famílias que, no âmbito deste processo de caracterização da rede, não encontrem satisfação;
 - c. Desenvolvida a rede de parceiros, será criado um fundo municipal, no montante máximo de 400.000,00 euros (, que visará apoiar as famílias das crianças e jovens do concelho, com idades entre os 6 e os 15 anos, através da atribuição de um voucher semanal, a utilizar livremente na rede de parceiros, e que financiará a frequência de programas de férias;
 - d. Este fundo compreenderia a emissão de cerca de 15.000 vouchers;
 - e. Os vouchers semanais corresponderão aos seguintes valores:
 - i. 1º escalão de abono de família – 45€/semana
 - ii. 2º escalão de abono de família – 35€/semana
 - iii. 3º escalão de abono de família – 27,5€/semana
 - iv. 4º e 5º escalão de abono de família – 20€/semana
 - f. Cada criança pode beneficiar até a um máximo de 12 vouchers por ano civil

(foi considerado 14 semanas de pausas letivas, compreende as pausas letivas de natal, pascoa e verão, sendo que no mínimo 2 semanas devem ser usufruídas em família);

- g. As crianças inscritas nos programas de férias organizados pelo município beneficiam diretamente deste apoio social;
- h. Para as crianças com necessidades especiais o município apoiará com um incentivo extra de 50€/semana/criança;
- i. O pagamento do voucher será efetuado diretamente pelo município aos parceiros da rede.

Em suma, a ser possível concretizar as linhas gerais desta proposta, conseguiríamos, investindo a mesma grandeza de recursos financeiros face à proposta do PS, abranger um maior número de crianças.

À Consideração do Sr. Presidente,

Braga, 18 de julho de 2022.

A Vereadora do Desporto e Juventude

A Vereadora da Educação e Ação Social